

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>IX</b>
<b>1. Da finalidade e importância do contrato administrativo no enfrentamento da pandemia de COVID-19 .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Recomendação do uso de licitação na modalidade pregão eletrônico no período de calamidade em decorrência da pandemia de COVID-19.....</b>	<b>5</b>
<b>3. Dispensa de licitação da Lei Federal Nº 13.979/2020 .....</b>	<b>13</b>
3.1 Do grau de dispensabilidade contida no Art. 4º da Lei 13.979/2020.....	15
3.2 Dos termos inicial e final para a contratação por dispensa da lei 13.979/2020. Da vigência do contrato por dispensa pelo período do enfrentamento dos efeitos da emergência de saúde pública .....	17
3.2.1 Da desnecessidade de decretação de calamidade pública por estados e municípios para fins de utilização da dispensa da Lei 13.979/2020.....	22
3.3 Da instrução processual da dispensa por calamidade pública em virtude do COVID-19.....	30
3.4 Dos cuidados no momento da escolha da empresa favorecida .....	32
3.5 Quanto à vantajosidade da contratação por dispensa em decorrência da calamidade pública.....	36
3.6 Dos documentos a serem apresentados para habilitação do contratado.....	43

3.7 Da importância da deflagração de licitação em paralelo à contratação direta da Lei nº 13.979/2020.....	46
<b>4. Das alterações para acréscimos de quantitativos/ qualitativos e revisões dos contratos da administração e da procura por registros de preços já existentes .....</b>	<b>51</b>
4.1 Da possibilidade de acréscimo de contratos já vigentes.....	52
4.2 Da utilização dos registros de preços anteriores à pandemia.....	54
4.2.1 Do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos pré-existentes à pandemia.....	57
4.2.1.1 Do reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados antes da pandemia do COVID-19 .....	62
<b>5. Da utilização do credenciamento como forma de enfrentamento do COVID-19 .....</b>	<b>67</b>
5.1 Da base legal para o credenciamento.....	71
5.2 Credenciamento no âmbito do SUS - participação complementar da iniciativa privada na saúde pública (SUS) por meio de credenciamento.....	77
5.3 Credenciamento no manual de orientações para contratação de serviços de saúde (2016). .....	82
5.3.1 Chamamento público para credenciamento no âmbito do SUS (2016).....	83
<b>6. Alternativas trazidas pela medida provisória nº 961/2020....</b>	<b>87</b>
6.1. Da incidência da medida provisória nº 961/2020.....	89
6.2 Do aumento dos limites de dispensa por valor da Lei Federal nº 8.666/1993 .....	92
6.3 Da permissão ao pagamento antecipado.....	95
6.3.1 Dos requisitos para antecipação de pagamentos. ....	104

6.3.2 Da vedação à antecipação de pagamentos em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva.....	109
6.4 Extensão da aplicabilidade do regime diferenciado de contratações públicas (RDC) .....	111
<b>Conclusão .....</b>	<b>115</b>
<b>Referências.....</b>	<b>117</b>